

ENTREVISTADO



278

ANTONIO FONSECA DOS SANTOS NETO
Historiador (UFPI), Membro da APL, da ACIPI e do IHGPI

Entrevistadora: Antonia Valtéria Melo Aluarenga

Licenciado em História e bacharel em Direito pela Universidade Federal do Piauí (1975-1981). Mestre em Gestão Universitária (Ufpi, 1998) e Doutor em Políticas Públicas (Ufma, 2014). Professor Associado IV, do Departamento de História da Universidade Federal do Piauí. Atua principalmente nas áreas de História do Brasil, do Piauí e Moderna. Exerceu as funções de vice-diretor (1993-97) e diretor do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL/Ufpi - 2003-2009). Membro dos Conselhos Superiores da Ufpi, e da Uespi, cumprindo diversos mandatos. Membro do Conselho Estadual de Educação, com vários mandatos e representando o Poder Público. Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 278 – 284 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

ANTONIO FONSECA DOS SANTOS NETO

Membro titular da Academia Piauiense de Letras, da Academia de Ciências do Piauí, do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí, da Academia de Letras, História e Ecologia da Cidade de Pastos Bons, MA, da Academia Passagense de Letras e Artes e sócio honorário da Academia Caxiense de Letras. Obras publicadas em livros, dentre outras: A pátina do tempo – São Luís: cataclisma telúrico e patrimônio mundial (2019); Teresina 160 anos (2012) e Terras: domínio e servidão (2021).

Professor Antonio Fonseca Neto, antecipadamente agradecemos a sua disposição em conversar com os leitores da Revista Humana res, publicação eletrônica, de acesso livre, vinculada ao Centro de Ciências Humanas e Letras da UESPI, criada com finalidade de promover o debate e a reflexão em torno de questões teóricas e práticas nos campos das ciências, das tecnologias e das artes.

279

1 HR- Para iniciarmos nossa conversa, gostaríamos que o senhor compartilhasse conosco um panorama de sua trajetória formativa: o que motivou sua escolha pelas áreas de História e Direito? Por que veio estudar no Piauí? Quais foram os debates e os interlocutores mais marcantes nesse percurso, e como a Universidade se configurava naquele contexto histórico e intelectual? Quais correntes teóricas e experiências acadêmicas mais influenciaram a constituição do seu pensamento e da sua prática docente?

R. Minha formação nas origens ocorre no lugar-meu-berço, Passagem Franca, no sertão maranhense. Um ambiente social semirrural, ainda que sede municipal e de paróquia bastante antigos. Meus pais e avós todos nascidos e radicados em meio de roças e currais. Com um detalhe que não deixo de mencionar: meu pai, aos 17 anos, afastou-se da roça e aprendeu manejar colher de pedreiro, e assim foi trabalhar – casado com uma prima também saída do sítio-roçado original – “dentro da rua”, o que – agora é cabível dizer – permitiu que eu viesse a nascer num lugar semiurbano, com escola, por exemplo. Alfabetizado, além da escola formal, tive duas experiências decisivas a partir dos 12 anos: o contato com a estrutura eclesial na localidade natal e o exercício de emprego, idem, numa casa comercial – o que lá se chamava de quitanda. Na primeira, o contato com o texto formal, o exercício das leituras, o convívio com padres cultos, a audição da beleza cantante das liturgias e cantatas eruditas, descobrindo beleza no vocábulo *humanidade*. No emprego – trabalho fora de casa, por necessidade –, o tirocínio e aprendizado de certa dinâmica da vida social comum. Em tudo, uma tomada de sentido sobre a política, por exemplo, além da observação direta dos acontecimentos se dando na rua de toda gente, uma babel de linguagens. Aos 14 anos – antes do Piauí – fui morar noutra cidade vizinha, Colinas, para realizar o ciclo ginasial, então ingressando numa experiência escolar totalmente diferente do que se vira até então por aquelas bandas, até no Brasil: escola reformada sob a inspiração explícita de Lauro de Oliveira Lima e de Paulo Freire: uma escola educando para a Liberdade. E lembro: no tempo de uma ditadura que afugentava a vida escolar. Uma escola integral e em todo processo e suas pedagogias, a prática da interdisciplinaridade e a descoberta prática da potência do ato de ler e do escrever sobre o que se ver. História? Direito? Não dá para afirmar algo preciso, mas por lá na Passagem existia um “cidadão” dos mais idosos – “vem do outro século” –, que dele diziam e me chamava a atenção saber de tudo sobre a história do lugar. Talvez por causa da vivência junto à Igreja, cedo passei a gostar e achar bonito discurso, Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 278 – 285 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

também da estética dos comícios. Cedo, vi em plena rua o promotor “público” da comarca retirar das mãos do delegado de polícia uma pessoa presa e que a conduzia humilhante e arbitrariamente. Pessoa despossuída, morador da “ponta da rua do Prado”. Fez então o doutor Mundico Saraiva um discurso denunciando aquela prisão injusta e levou o preso para sua casa e depois seguir com ele, “dentro da lei”, para a Delegacia.

A vinda para estudar no Piauí decorreu do cálculo de minha mãe, que entendia que somente pelo estudo se pode melhorar de vida. E por lá o que se poderia cursar, já fizéramos. Aqui em Teresina o ensino médio público, a perspectiva de terminar o ginásio na Escola Industrial e fazer um curso “técnico” – ideia de meu pai, um mestre de obras de pedreiro. Não consegui e fui para o Científico.

Quanto aos debates e interlocutores... Vários. Ainda no Ginásio, em Colinas, aos 14 anos, a escola a que me referi tinha na “dinâmica de grupo”, no debate de tudo, um fator de instigação. Logo fui eleito líder de um grupo de estudos, em poucos dias, o líder de turma, e logo mais, eleito deputado representando a primeira série do curso ginasial no Congresso Estudantil – o Grêmio escolar fora convertido numa réplica da República, neste caso, para exercer a Liberdade que a Ditadura sonhava à República Federal. Congresso Estudantil que, pelos estatutos, fora constituído numa espécie de cogestor na condução escolar. Experiência fascinante, decisiva na forja e tomada de consciência sobre o estado de exceção em que vivíamos. Corria o ano de 1967 passando para 1968 e o desafio eram as novidades do Mural, na forma de recortes atualizados de tudo na política e afins, artigos etc. Um sentido embasante da prática educativa visava ensinar aos jovens sua “cidadania antecipada”. Lá naqueles confins do Maranhão – no sentido de longe da capital estadual –, a prática escolar na área de História e Geografia, por exemplo, tomava o tempo presente como âncora para a compreensão dos tradicionais temas de História Geral e Geopolítica. Uma das formas de obter informações do dia? Os grupos faziam verdadeira corrida – horas altas, frequências em ondas limpas – para sintonizar as transmissões, em português, das rádios Voz da América, de Washington, de Moscou, Havana (“Havana livre des Americas”...). Procedimento que a Ditadura reprimia fortemente. Vindo morar e estudar em Teresina, final de 1969, começo de 1970, fui levado a uma re-ambientação chocante: já no primeiro dia de aulas, percebi um medo terrível e um tipo de silenciamento sugerido por quase todo professor ou “isso pode e isso não pode falar”. Percebi um choque de realidades e isso fortaleceu em mim a atitude da recusa e inconformação... Em poucos dias, estava puxando mobilização para fundar um Grêmio livre – a escola era a estadual São Francisco de Assis, um Anexo do Liceu Piauiense, cujo corpo docente, em maioria, formado por acadêmicos ou recém egressos da Faculdade Católica de Filosofia, alguns deles vistos com desconfiança pela Ditadura. Ali conheci, já professores, Luiz Ubiraci de Carvalho, Salomé Cabral, Robson Santana, Wanderley Sérvio, Irlane Abreu, Aldenira da Paixão, Maria Luiza... Um fato meio singular – parece cômico – que vivi como um dos líderes fundadores e depois presidente do Grêmio da Juventude Progressista: certo dia fui chamado à Diretoria escolar e fui duramente interpelado, e censurado, numa reunião, porque eu teria proposto que o Grêmio tivesse a denominação de “Juventude Progressista” e não de “Frei Heliodoro Maria de Inzago”, ou de um herói nacional !? Ainda um tanto e quanto ingênuo, fiquei meio sem entender por que a implicação com o vocábulo “progressista”. Logo entendi e já três anos depois, e uma “expulsão” por “subversão” e a conclusão do Científico no Liceu-sede, cheguei à Ufpi. Fiz inicialmente vestibular (74) para Geografia – não passei – e depois (75) para História e (77) para Direito. Esse período marcou

e constituiu meu “eu” inconformado ante a repressão de qualquer espécie. A chegada, os cursos de graduação, e tantas outras experiências me concederam haurir muitas luzes que acendem o juízo crítico e outras tantas que se colocam como referentes afins em minha formação. Entre essas outras se coloca a circunstância de precisar trabalhar, desde cedo, para me sustentar propriamente e adjuntar na sustentabilidade do grupo familiar: esse tempo é o tempo do trabalhador-estudante correndo risco e fazendo escolhas no fio da navalha. Na presente estação do meu tempo de vida, acho que já posso dizer que tive a “cabeça feita” pelo aprendizado de contestar o arbítrio da Ditadura e ser engolfado nas legiões vontadosas da democracia e na compreensão irretornável de que, para alcançar esse modo político de viver, a humanidade sonha e nem sempre alcança enquanto gira a geração de cada sujeito em particular.

Não era tão diferente assim o ambiente universitário nesses meus inícios em comparação com a dinâmica do ensino básico: a maioria dos professores e estudantes fazendo de conta que não havia um regime político de exceção, com milhares de brasileiros presos por esse motivo e milhares “expulsos” do Brasil como “brasileiros não patriotas, subversivos...”. Sentimento dominante. Mas também nesse ambiente é que se vislumbra, mais imediatamente, as brechas para o debate e ações mais organizadas das iniciativas de contestação da Ditadura, inclusive e a partir de dentro do Campus. Poucos, comparando-se ao conjunto, mas decisivas falas e gestos dissonantes da “verdade” que hegemonizava a aceitação do mando militar como um certo “normal” na vida do país. Por parte do corpo docente – é o que se pergunta – dos dois cursos, esse pouco marcou a influência primordial de minha formação nesse nível da consciência crítica da realidade em curso: outras pessoas e experiências relacionadas à luta social me impactaram mais decisivamente. Claro que tive alguns ótimos mestres que se fizeram indispensáveis na elaboração – em mim – de necessários acervos de conhecimento e que fortaleceram minhas pegadas na formação própria das chamadas Ciências Humanas ou Humanidades e Ciências Sociais. Bom também que registre.

Hoje tenho clareza de como certas coisas acontecem. A/s correntes de ideias que me engolfaram – e continuam a me engolfar – vejo-me assim nela/s desde as experiências de recusa que vivi em diversas contingências e que não é/são outra/s que a/s que move/m ao ato militante. Li algo de Rousseau na juventude, algo que o relacionava a Marx, que se fez foi uma centelha que iluminou pensar, por exemplo, e buscar entender porque se abominava tanto o que se chamava de “comunismo”, esse monstro cujos adeptos viriam “chupar o sangue” da criança do meu lugar original e de todo o Brasil. Numa aula de francês no Ginásio um professor muito antenado exibiu uma gravura grande e encantadora da “Liberdade conduzindo o povo” como aspiração suprema da elaboração da democracia: que coisa bela, aquele peito oferecendo-se à Liberdade, uma espécie de *eva*, linda, qual todas. O contato com a Igreja, na franja da eclesialidade paroquial, no exato momento (pré-adolescente) e nos desdobramentos dos anos da vivência estudantil nos “anos de chumbo” (padres da radicalidade nas lutas sociais), sinto que forjaram em mim um sentido de trilhar pelas bordas perigosas da caminhada em luta e aguçar a percepção do perigo que se afigura na falésia insinuando o despenhadeiro. Viver a história, conhecer a História, ser aprendiz de sua ciência, fez-me ser quem sou e por que concebo isso assim e não assim. No fluir do tempo que me pertence, as concepções correntes e que há muito se assentaram, faz-me ser histórico no plano de uma hierarquia teológica cristianizada; faz-me um pretense vivente, com razão, afirmando-me entre o ser individual e universal; e faz-me sobretudo sujeito da compreensão de que existo, um ser inserto, nas realidades naturais e

movendo-me por práticas sociais – e históricas. A propósito, se querem saber mais um pouco, eu, um romântico, inspiro-me na poética de Lefebvre, acredito no diálogo radical, abomino qualquer violência, inclusive a da natureza, a ser cuidada, mas enfrentada eu seus desígnios abissais, insondáveis (!?).

2 HR- Como o senhor percebe a evolução das discussões acadêmicas no campo da História desde a década de 1980 até hoje, especialmente no que diz respeito à interdisciplinaridade, a aproximação com as questões sociais e ao diálogo com as Políticas Públicas?

Percebo com a sensação de que, no essencial, não faltam relevantes temas e bons ritmos discursivos e é considerável a expansão de estudos e publicações no campo, expansão ainda mais acentuada com a implantação de dezenas de programas de pós-graduação em História e nas chamadas Ciências Sociais por todo o Brasil: há um frenesi, que, aliás, alcança positivamente o Piauí. Mas ainda que se tenha qualitativa expansão de abordagens em temas conhecidos e novos, trato metodológico, perspectivas auspiciosas, não é seguro afirmar que no período mencionado e até a presente hora – nem é inexorável que o seja –, a novidade seja o aprofundamento qualificado e fundamentado, em termos de revisitas e revisões, das conhecidas e assentadas tradições às quais nos filiamos como comunidade historiográfica. Não há giros que apontem deslocamentos de maior substância no estado da arte das tradições assentadas nas décadas do imediato pretérito. Na década de 1980 – no Brasil mediano – temos uma espécie de culminância, em volume, da elaboração e publicação da matéria historiográfica, tudo no contexto do ascenso da luta contra a Ditadura, com a aparência de tudo se acelerou nesse campo, como que se tivesse rompido um dique de boas matérias acumuladas à espreita da força de uma correnteza para impulsioná-las adiante. A historiografia de inspirações aulicistas, insistentes; a historiografia de pretensão revisionista, antigos temas, novos tratos conceituais-metodológicos, “novos temas, outros objetos”, ..., de tudo se faz em níveis e modos diversos.

A elaboração historiográfica nas fronteiras da interdisciplinaridade é um dado auspicioso e não somente do ato próprio do pensar, mas uma orientação da prática e um requisito do puxar a memória social, discursar o acontecimento, discursar a História. Ora, na prática, no real da vida, esta, e a realidade que engendra, são anteriores aos “disciplinamentos” de qualquer dado historiável. Quando se trava, por exemplo, no campo historiográfico, o diálogo com as Políticas Públicas, temos que confluem a clamar por sínteses pertinentes a história da constituição histórica da esfera pública e a arquitetura estatal. Evidente que certa tradição historiográfica, encomiástica dos áulicos, não concorre para a elaboração e manejo das Políticas Públicas deste tempo, antes deve sua elaboração chamar ao ofício aquela abordagem que se elabore nas fronteiras conceitantes da História, da Ciência Social aplicada à Política, Estatística e mais.

3 HR- O que o senhor considera essencial na formação de historiadores hoje, diante de um cenário de disputas de narrativas históricas?

Considero essencial a formação geral no campo do que tradicionalmente se chama de Humanidades, algo que a escola feita no Brasil há muito abandonou como projeto e aspiração

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 278 – 285, jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

de um povo elaborando seu destino. Um cataclisma e apagão na formação da pessoa-povo. E evito intencionalmente neste passo o termo “cidadão”. Incrível. Uma temeridade dizer, mas é preciso: a despeito da enorme expansão das instituições formadoras de historiadores, apagou-se, no Brasil, até o senso comum do corebismo pautado na bandoleirice efusiva do toco verde-amarelismo, concenrente ao “descobrimento”, grito do Ipiranga, república velha do café com leite, de ontem, pouco ou nada socorrendo o preenchimento da lacuna. As disputas de narrativas ficam à conta das condicionalidades da rudeza das tensões intensas das disputas de poder e de uma espécie da “miséria da política” discursada no dia a dia. Piorou: a estupidez está ensinando que não é mais preciso ler e, pior, com muito apelo, que o que se escreveu e escreve na conotação História não é verdade. É mesmo somente “narrativa”. E como essa é arma diligente do negacionismo em voga e ameaça aos oficineiros de Clio! Imagine a faina deletéria de negacionistas imiscuídos nas fileiras acadêmicas.

4 HR- O senhor exerceu importantes funções de gestão na UFPI, como diretor do CCHL e conselheiro universitário. A partir de sua experiência como gestor universitário, o que o senhor considera essencial para garantir a autonomia e a vitalidade acadêmica das universidades públicas?

A Universidade deste instante está com jeito de que fenece estruturalmente por dentro. Um indício forte é o que na semana passada a mídia empresarial apresentou, com sua ênfase costumeira em assuntos da espécie, o que vem a ser a migração em massa das matrículas no Ensino Superior para a modalidade à Distância, para a virtualidade. Num flagra rápido, parece não se precisar mais da metade da estrutura construída do Campus que com muito custo ao erário, serviu-nos, ontem. Esse processo de virtualização sem qualidade – há avaliações que o demonstram – precisa ser totalmente escrutinado e avaliado. Assim como se encontra, não há que continuar. É imensa e cara a estrutura física da Ufpi, por exemplo. Ainda não sabemos onde vai parar o processo educativo universitário sem a sinergia humana do Campus, feito em espaço da colegialidade viva e de um conhecer dialógico forjado nas ágoras fisicamente habitáveis. Claro, articuladas com a amplidão das redes, até para circunscrever estas aos limites virtuosos da condição de livres e conscientes, além de infensas ao serviço de totalidades imperiais colonial-subalternizadoras. Some-se a isso, de fácil observação, numa sociedade doente de preconceitos vis e em plena voga, a recusa – na Ufpi e na Uespi, por exemplo – a “fuga” em massa de estudantes para matrículas em empresas de ensino que garantem-lhes ficar longe de estudante “cotista”. Processo que se dá com impactante efeito em cursos como o de Medicina, e ainda no Direito. Até os qualificados programas de pós-graduação das públicas, mestrados e doutorados etc., nessas áreas, tendem a certo e problemático esvaziamento, ante a inexorável mercantilização de títulos desse grau universitário, num mercado que vende ilusões em matéria e a serviço da ideologia mercadista, rasa e incompatível às decantações da vida acadêmica que a Universidade propicia. Medicina (ganhos rápidos) e Direito (carreiras de poder na máquina sem voto), titulações que sinalizam prestígio social e chancelas imediatas para realizar carreiras e ofícios vantajosos e imediatos caso ganhos. Mas muito mais que isso é a universidade.

A autonomia somente ganha sentido se for elaboração intencional de uma condução que consulte as legítimas urgências do grande público, da coletividade mediana. Perdeu vigor o exercício da colegialidade, tão cara à dinâmica das universidades há mais mil anos e com ela encontra-se de ânimo a ardência democrática necessária à forja acadêmica e ao próprio ato humanizador. Urge que a Universidade se reelabore orgânica e dinamicamente e calibre suas conexões com o mundão, esta potência única que não espera, para marchar no tempo, que resolvam suas hesitações as nossas amadas escolas de nível superior.

5 HR- O senhor ocupa a cadeira 1 da Academia Piauiense de Letras, além de participar de outras instituições como a Academia de Ciências do Piauí e o Instituto Histórico e Geográfico do Piauí. O que significa para o senhor essa trajetória nas academias?

284

Essas entidades são elaborações da vida social inteligente. Têm elas um papel cultural a cumprir naquilo que estabelecem para si. Nem sempre o fazem a contento. Alguns a querem apenas como inscrites de certa vaidade, uns em face de outros na vida social. São instituições necessárias e disponíveis para alguns enfrentamentos em favor do Piauí. Lugares especiais, em regra e modo, de convivialidade ótima para os que apreciam as manifestações da cultura, as ciências e sua beleza essencial no desencantamento das coisas, na degustação das artes, no dominar a valente natureza. Na arte de escrever, exercício essencialíssimo. Sim, puxar memórias, e assim reverenciar a construção virtuosa da inteligência.

6 HR- Em sua opinião, quais os principais desafios enfrentados hoje pela área de História no ensino superior?

Entre os desafios o mais problemático vem com a estagnação da procura pela profissão-docente-historiador em nível de graduação. Temos quadros docentes estupendamente qualificados, além de atualizados, quando contemplamos como indiciário dessa afirmação as instituições federais, em nível local, a Ufpi e o Ifpi, além da Uespi. Pouco significativo o engajamento de empresa, ainda que de ensino, envolvendo-se com engajamento qualificador de profissionais. E tais desafios se relacionam, nas instituições a que servem, públicas e estatais, como aludimos acima, com o imperativo de se reconstituírem segundo as exigências de atualização que a sociedade requer para seu desenvolvimento, seja o que for que ela diga nessa direção.

7 HR Na condição de historiador que analisa criticamente os caminhos políticos do Brasil e do Piauí, como o senhor avalia o momento político que o país atravessa atualmente? Qual o papel do historiador diante das complexidades e tensões da política nacional contemporânea?

Atualmente, a questão central diz respeito ao estado da engenharia e dinâmica da democracia praticada e aqui falamos nos marcos da chamada Ilustração. Passadas as jornadas valentes do pique mobilizador de energias esperançosas que culminaram na Carta de 1988, uma sequência Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 278 – 285, jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

de eleições em todos os níveis e modalidades imagináveis – na esfera pública a exceção é o Judiciário –, as liberdades formais (ditas) cidadãs expandidas ao máximo, e sinais de movimentos e avanços ao “bom” futuro e suas promissões, eis que as vagas de arraigado obscurantismo do fundo e do limbo das misérias patricias, impõem-se com ferocidade, em potente contramão, com ação concreta e devastadora do que se tem como avanço social-político. Por quê? É intrigante demais a força extrema que os “donos do poder” conservam e utilizam para reproduzir e conservar a desigualdade imposta contra as minorias sociais que subjagam e exploram nas raias da morte. Nesse diapasão, a virtude da liberdade e de alguma democracia não viçam como sinônimo de consecução de melhoria de vida. Tragédia para a democracia. Não se vá longe em amealhar exemplos: Teresina experimenta um dos mais graves dramas de cidade conduzida à inviabilidade, no presente e, examinando-se o chão e outros mobilizadores de sua história – e o contrário –, detecta-se como força determinante desse constructo, que o absolutismo do latifúndio e do reles balcão de tratos escusos, impôs uma cidade insustentável, em cujo labirinto incomum e artificialmente dilatado, sucumbem, em golfos, além das verbas erárias, a possibilidade de se fazer dela a casa comum e de sobrevivência solidária de seus habitantes.

Há de ser relevantíssimo o papel do historiador – mas quem o é? – na constituição dos diques que impeçam essa espécie de “barbárie” contra o encaminhamento da democracia – além do mero enunciado algo vazio – como inerente no processo decisor da vida social em suas variadas dinâmicas. Mas, claro, antes de se definir, pensar e agir como historiador – com a consciência atinente ao ofício –, esse sujeito há de ter assumido plenamente uma condição de conhecedor e prático da história de sua gente, gente múltipla que vive num país, entre muitos, além de diversos. Afinal, a contrário senso, o que não faltam são historiadores a serviço e a socorrer a posição extremada/reacionária nas tensões do hoje e que – repitamos – solapam a democracia, este convite à mansidão dos que almejam uma sociedade em bases de igualdade, justiça e paz.

8 HR Por fim, que mensagem o senhor gostaria de deixar sobre o papel da universidade pública na construção de um Brasil mais justo e consciente de sua própria história?

A universidade pública – deve ser pública – teve e tem papel decisivo para a construção do Brasil justo e consciente de sua própria história. Basta lembrar que delas e sua ambiência e insistência as camadas e mananciais de conhecimento donde emanam os elementos essenciais da consciência histórica. Mas a universidade é uma instituição da sociedade, não é um lugar qualquer extra mundos e realidades. E assim é que se constitui e age em modos como que a própria sociedade que a configura e define, *pari passu*, se realiza. Minha mensagem é a que porta o querer de uma universidade que não congele e fraqueje no esforço de ajustar-se ao que quer dela os interesses coletivos para além dela. Sim, para vários de nós, que inclusive servimos ao povo e a nós mesmos na sustentação do “ela meu provedor da casa privada pelo meu labor”, faça-se cada vez mais pública, sendo esse vetor e consigna de nosso compromisso com o interesse popular defensável.